



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0009882-20.2012.8.26.0566 - 2012/000357**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária**
 Documento de Origem: **IP, REPR - 112/2012 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 95/2012 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **Joice Rodrigues**
 Data da Audiência: **24/07/2014**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de Joice Rodrigues, realizada no dia 24 de julho de 2014, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a ausência da acusada, mas a presença da Defensora **DRA. ALINE CRISTINA DOS SANTOS – OAB 218.859/SP**. Iniciados os trabalhos o MM. Juiz declarou a revelia da acusada, tendo em vista sua ausência injustificada, nos termos do artigo 367 do Código Penal. Iniciados os trabalhos foi inquirida uma testemunha de defesa (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). A defesa desistiu das oitivas das demais testemunhas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO**: MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **JOICE RODRIGUES** pela prática de crime de revenda de combustível adulterado. Instruído o feito, requeiro a improcedência. A materialidade delitiva ficou demonstrada através dos laudos juntados, ou seja, de que o combustível vendido no estabelecimento da ré estava fora das especificações. Entretanto, o dolo inerente ao tipo penal não ficou demonstrado. A defesa demonstrou que a ré comprava combustível diretamente da BR Distribuidora da Petrobrás. Assim, apesar da adulteração do combustível, não se demonstrou a origem desta adulteração, o que dificulta a imputação de conduta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

dolosa. Assim, requeiro a absolvição, nos termos do artigo 386, VII, do CPP. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: Reitero os fundamentos do pedido de absolvição do Ilustre Representante do Ministério Público. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOICE RODRIGUES**, qualificada, foi denunciada como incurso nas penas do artigo 1º, I, da Lei 8.176/91, sob a acusação de que em dia, horário e local constante da inicial praticou o crime de revenda de combustível adulterado. Foi citada, interrogada, colhendo-se os depoimentos de duas testemunhas. Em alegações finais o Ministério Público pediu a improcedência no que foi seguido pela defesa. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos pelo Ministério Público e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se a ré **JOICE RODRIGUES** da imputação de ter violado o disposto no artigo 1º, I, da Lei 8.176/91, com base no artigo 386, VII, do C.P.P. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se. Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensora: